



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 013/2021

CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO INTERESSADAS EM CELEBRAR TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIOS NÃO REMUNERADOS

(Processo Administrativo nº 193/2021)

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – PR, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.205.640/0001-08, com sede na Avenida Rio Grande do Sul, n.º 130, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está instaurando processo de **CHAMAMENTO PÚBLICO** visando credenciar instituições de ensino públicas e privadas, regularmente constituídas e sediadas no Município de Dois Vizinhos/PR que estejam interessadas na celebração de termo de cooperação técnica para realização de estágios não remunerados de estudantes, na modalidade obrigatório, nos órgãos da Administração Pública Municipal, nos termos do Art. 2º § 1º da Lei Federal 11.788/2008.

1. DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DA ABERTURA

1.1 LOCAL: Sala de Licitações – Prefeitura Municipal, com endereço na Avenida Rio Grande do Sul, n.º 130 – Dois Vizinhos – PR.

1.2 DATA: a partir do dia 23 de agosto de 2021.

1.3 HORÁRIO: 9 horas.

1.4 Comissão Técnica nomeada pela Portaria nº 080/2021.

1.5. Da publicação: De acordo com o Art. 1º, § 1º da Lei 2366/2019 estabelece que o prazo de publicação conforme o texto da Lei é “O Credenciamento é o ato administrativo de chamamento público, processado por edital, destinado à contratação de serviços ou junto àqueles que satisfaçam os requisitos definidos pela Administração, observado o prazo de publicidade de no mínimo 15 (quinze) dias úteis”.

2. DO OBJETO e DO OBJETIVO

2.1 Chamamento Público para **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR INTERESSADAS NA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS NÃO REMUNERADOS DE ESTUDANTES, NA MODALIDADE OBRIGATÓRIO, NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ART. 2º § 1º DA LEI FEDERAL 11.788/2008.**

2.2 Conforme dispõe a Lei Federal nº 11.788/2008, o Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

da educação de jovens e adultos. O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

2.3 Estágio obrigatório e não remunerado é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é um requisito para aprovação e obtenção de diploma.

2.4 O presente edital não cria e não garante direito adquirido às Instituições de Ensino Superior (Universidades e Faculdades públicas e privadas), uma vez que tem como único objetivo o cadastro das referidas Instituições, sendo que para firmar Termo de Cooperação a Instituição deve acordar com a Secretaria da área envolvida e elaborar um Plano de Trabalho com a consecução das atividades que serão desenvolvidas, para que ao final o Plano de Trabalho seja aprovado pelo Secretário competente e encaminhado à Secretaria de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, para a devida formalização do Termo de Cooperação, Termo de Compromisso e início da execução do estágio obrigatório não remunerado.

3. DO EMBASAMENTO LEGAL e JUSTIFICATIVA

3.1. Este Chamamento será amparado pela Lei Federal nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 2366/2019, de 17 de dezembro de 2019 e as condições estabelecidas nesse edital e seus anexos, que dele constituem parte integrante para todos os efeitos legais.

3.2. O Município de Dois Vizinhos pode ser considerada uma cidade universitária, pois aqui, instalaram-se diversas instituições de ensino superior, a exemplo da UTFPR, Unisep, Uninter, FAEL, UNINGÁ, UNIFACEAR e tantas outras. É nesse cenário, que surge a necessidade das instituições, de que seus alunos possam realizar estágio obrigatório, para fim de cumprimento de carga horária obrigatória das grades dos seus diversos cursos. Como se sabe, a Administração pública Municipal dispõe de profissionais dos mais diversos campos das ciências, e é por este motivo, que as Instituições procuram com grande frequência realizar convênio com a Prefeitura Municipal para a disponibilização de estagiários afim de realizarem o conhecimento de suas profissões na prática.

3.3. O Município de Dois Vizinhos, com o parecer jurídico sobre o tema, exarado em 3 de maio de 2021, anexo, deve passar a realizar convênio com Instituição de ensino superior interessada em estágio nos diversos órgãos públicos municipais por meio desse credenciamento em chamamento público.

3.4. Objetiva o implemento de ação conjunta entre o Município e a Instituição previamente cadastrada, para proporcionar a realização de estágio obrigatório aos estudantes regularmente matriculados em cursos de Graduação, com vistas ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho, atingindo assim o interesse público.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

4. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO e IMPUGNAÇÃO

4.1. O(s) pedido(s) de esclarecimento(s), referente(s) ao processo de chamamento, poderá(ão) ser realizado(s) por qualquer pessoa, inclusive proponente, e deverá(ão) ser enviado(s), por meio do e-mail: natalia.borcatto@doisvizinhos.pr.gov.br.

4.2. A(s) impugnação(ões) poderá(ão) ser entregue(s) no Departamento de Licitações ou enviado(s) por meio eletrônico para o e-mail: natalia.borcatto@doisvizinhos.pr.gov.br.

4.3. Decairá do direito de impugnar este Edital ou parte dele o interessado que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data final designada para entrega do envelope contendo a documentação.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste certame pessoas jurídicas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas neste Edital e seus Anexos.

5.2. Não poderão participar deste certame:

a) Interessados que se encontrem com falência decretada, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução e liquidação, exceto aqueles que estiverem com recuperação judicial já aprovada pelo juízo competente.

b) Interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com a sanção de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a administração municipal.

5.3. Os interessados deverão se inscrever apresentando os documentos elencados no presente edital, em via original ou por qualquer processo de cópia, devendo, neste último caso, serem autenticadas por tabelião ou apresentadas com os respectivos originais, para autenticação por servidor deste Município, conforme previsto no Art. 32 da Lei 8666/93.

6. DA VIGÊNCIA

6.1. Conforme dispõe a Lei Municipal 2366/2019 em seu Art. 3º O Chamamento Público para credenciamento estará aberto pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, caso haja interesse da administração.

7. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CREDENCIAMENTO

7.1. Para o credenciamento, as pessoas jurídicas, deverão apresentar toda a documentação informada abaixo, conforme exigência do artigo 32 da lei 8666/93, sendo:



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

7.1.1 Habilitação Jurídica:

a) Contrato social, Estatuto ou documento equivalente, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

b) Cópia legível do RG e CPF do representante legal da instituição;

7.1.1.1 Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

c) Inscrição no CNPJ/MF;

d) Inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal (ALVARÁ), relativo ao domicílio ou sede da Proponente, emitido pela Prefeitura Municipal do domicílio ou sede da licitante.

7.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de regularidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante com a apresentação das seguintes certidões:

a.1) a prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante.

a.2) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da respectiva certidão negativa de débito (ou positiva com efeito de negativa), ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;

a.3) a prova de regularidade com a Fazenda Municipal será feita por meio da certidão negativa ou positiva com efeito negativo, ou se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal.

b) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT).

12.1.2.1 Os sites oficiais serão consultados para efeito de comprovação da regularidade fiscal de documento.

7.1.3 Documentação Complementar:

a) **Declaração Unificada** (conforme modelo – Anexo II);



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- b) Comprovante de Habilitação de professores/orientadores de estágio e coordenadores pedagógicos;
- c) Autorização de credenciamento da instituição junto ao MEC;

8. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE CREDENCIAMENTO/HABILITAÇÃO

8.1. A documentação apresentada pelas instituições será analisada pela Comissão Técnica que, para critérios de aprovação, observará se as instituições formadoras (Universidades e Faculdades públicas e privadas) cumprem as exigências quanto à habilitação:

8.2. No momento de análise da documentação, para que as instituições sejam habilitadas, a Comissão Técnica verificará a validade da mesma, de acordo com a data de protocolo.

8.3. A Secretaria de Administração e Finanças em conjunto com a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes designará Comissão Técnica específica para análise da documentação.

9. DO DESCREDENCIAMENTO

9.1. As empresas credenciadas poderão ser descredenciadas:

I - A pedido;

II - De ofício, quando for constatado que a empresa deixou de cumprir suas obrigações.

*As despesas decorrentes do descredenciamento serão de responsabilidade da empresa.

III – Por relevante interesse público.

10. DO RESULTADO

10.1. Após análise dos documentos apresentados, o Município publicará o resultado na Imprensa Oficial.

10.2. A Instituição que for declarada NÃO HABILITADA poderá interpor recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da publicação de que trata o item anterior. O recurso deverá ser protocolado no setor de protocolo da Prefeitura Municipal, aos cuidados da comissão técnica.

11. DO ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA e FISCALIZAÇÃO

11.1. Caberá a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes por meio do responsável pela pasta o Sr. Vilmar Possato Duarte a gestão do Termo de Cooperação Técnica.

11.2. A fiscalização do contrato será de responsabilidade do Sr. Bruno Felipe Alves de Lima, sendo nomeado como sua suplente a Sra. Natalia Becchi Borçatto.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

12. DO TERMO DE COOPERAÇÃO

12.1. O atendimento de cada Termo de Cooperação objetivando viabilizar campo para o desenvolvimento de estágio curricular obrigatório através da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, ficará condicionada à disponibilidade de espaços físicos e aos critérios de oportunidade e conveniência da Administração Pública.

12.2. O Termo de Cooperação será firmado pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado igual período.

12.3. As Secretarias Municipais e as Faculdades e Universidades cadastradas ficarão responsáveis por fomentar a idealização dos projetos, com objetivo recíproco. É de responsabilidade das Faculdades e Universidades credenciadas apresentar Termo de Cooperação para consecução dos trabalhos, sendo que os documentos serão analisados pelo Município de Dois Vizinhos que poderão ser encaminhados para possíveis ajustes, constando número de estudantes a serem atendidos, professores-orientadores de estágio, coordenador pedagógico, metas e etapas de execução.

12.4. As Instituições declaradas habilitadas através do presente Chamamento Público deverão manter todas as condições de habilitação vigentes durante todo o período do cadastro.

12.5. DA ÉTICA: O credenciado deverá cumprir o Termo de Ética dos Servidores Públicos do Município de Dois Vizinhos, conforme previsto no Decreto nº 16549/2020, artigo 27, alínea “D” de acordo com os princípios e critérios de conduta nele estabelecidos.

13. DAS OBRIGAÇÕES

13.1. COMPETE à INSTITUIÇÃO

- a) Manter entendimento com a Secretaria Municipal da respectiva área-alvo do estágio obrigatório, nas suas diversas instâncias técnico-administrativas, no sentido de garantir o pleno funcionamento do estágio, no que se refere à seleção de campos de estágio, sua orientação, monitoramento, controle e avaliação;
- b) Indicar um professor que atuará como orientador do estágio, responsável pelo seu monitoramento, controle e avaliação;
- c) Coordenar o processo de escolha do Estágio pelos estudantes (adesão), apresentando as características de cada Curso;
- d) Definir o campo de estágio de todos os estudantes;
- e) Assumir os encargos referentes aos eventuais custos dos alunos na consecução do Plano de Trabalho a ser elaborado e desenvolvido pela Instituição, notadamente a responsabilidade pela contratação do seguro;



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

f) Emitir, a pedido do MUNICÍPIO ou do estagiário, carta de apresentação e encaminhamento de estágio.

13.2. COMPETE AO MUNICÍPIO

a) Dialogar e fomentar a realização de estágio obrigatório, extensão universitária e pesquisa universitária para aprendizagem e aperfeiçoamento do estagiário (ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural);

b) Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente (atendimento do inciso III, art. 9º da Lei nº 11.788/2008);

c) Avaliar, junto à Instituição de Ensino Superior – IES, o desenvolvimento do estágio, para seu aperfeiçoamento e de outros;

d) Proceder à avaliação do desempenho do estagiário, junto aos Professores Orientadores e Coordenação de Estágio de cada Curso.

14. CONDOTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

14.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 16480, de 30 de julho de 2020.

14.2. Art. 4º Constituem atos lesivos à administração pública, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas neste Decreto, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

15. VALOR DA CONTRATAÇÃO:

15.1. O contrato/termo de cooperação não irá gerar custos ao Município de Dois Vizinhos. Qualquer transferência financeira, bolsa-estágio ou seguro estágio e outros eventuais custos financeiros com transporte, alimentação, vestimenta entre outros serão de total responsabilidade da INSTITUIÇÃO e do ALUNO.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DAS CONDIÇÕES GERAIS:

16.1. Constituir-se-ão obrigações da Credenciada as seguintes, para a totalidade do objeto:

1 - Tratar as questões inerentes ao objeto com o fiscal do Chamamento Público, através do(s) responsável(is) técnico(s), não se admitindo aos demais empregados da CONTRATADA tratarem de questões técnicas com o fiscal do Chamamento Público, a não ser por iniciativa deste último;

2 - Responsabilizar-se por qualquer dano causado, por sua culpa ou dolo, a qualquer órgão público, empresa privada ou pessoa física, não cabendo ao Município suportar qualquer ônus, nos termos do art. 70 da Lei nº. 8.666/1993;

3 - Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao Município ou a terceiros, provocados ou negligenciados por seus profissionais e/ou prepostos, culposa ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município;



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

4 - Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste Chamamento Público, de acordo com as especificações determinadas no edital, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelos equipamentos/acessórios disponibilizados;

5 - Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATADA:

- a) Executar o objeto de acordo com a legislação e normativas vigentes;
- b) Responsabilizar-se, civil e ético-profissional e responder pela qualidade;
- c) Substituir produtos, defeituosos ou executados em desacordo com as especificações e normas, não cabendo à firma executante o direito de indenização; (quando for o caso).
- d) Providenciar a regularização de falhas, defeitos ou omissões definidas pela Fiscalização do Município.

6 - Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

17. CONSIDERAÇÕES FINAIS

17.1. Poderá o Município revogar o presente Edital de Chamamento Público, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, ou por fato superveniente, devidamente justificado, ou anulá-lo, em caso de ilegalidade.

17.2. A revogação ou anulação do presente Chamamento Público não gera direito à indenização, ressalvadas as hipóteses descritas na Lei nº 8.666 de 1993.

17.3. Será facultado à Comissão Técnica promover, em qualquer fase, diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição dos critérios de habilitação de cada instituição, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar a decisão da comissão, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

17.4. Estarão impedidas de participar deste Chamamento Público as instituições cujos representantes se enquadrarem no art. 9º, III, da Lei nº 8.666, de 1993 ou que tenham qualquer outro impedimento legal para contratar com a Administração Municipal.

17.5. Fica impedida a admissão de estagiários que tenham relação de parentesco com a autoridade máxima administrativa do Município, ou ocupantes de cargo em comissão, função de confiança, chefia ou assessoramento.

17.6. A execução dos instrumentos jurídicos a serem firmados será avaliada pela Secretaria de Administração e Finanças, mediante procedimentos de supervisão indireta, observando-se o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas nos referidos instrumentos.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

17.7. Constituem motivos para rescisão ou denúncia do instrumento jurídico a ser firmado o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na Lei Federal nº 8.666 de 1993.

17.8. A realização do estágio não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Município.

17.9. Fazem parte deste edital os seguintes anexos:

Anexo I – Modelo de Termo de Cooperação Técnica;

Anexo II – Modelo de Declaração Unificada;

Anexo III – Modelo de Termo de Compromisso;

Anexo IV – Modelo de Consentimento para Tratamento de Dados Pessoais;

Dois Vizinhos, 29 de julho de 2021

Luis Carlos Turatto

Prefeito

Natália Becchi Borçatto

Presidente



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

ANEXO I - TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Termo de cooperação mútua que entre si celebram o MUNICÍPIO de Dois Vizinhos e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO _____.

O Município de Dois Vizinhos, doravante denominado MUNICÍPIO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.205.640/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luis Carlos Turatto, abaixo assinado designado **CONCEDENTE** de um lado e, a Instituição _____, doravante denominada INSTITUIÇÃO INTERVENIENTE DE ESTÁGIO, inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede _____, E-mail _____ e Telefone _____, neste ato representada pelo seu representante legal, _____, INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO - MANTIDA por _____, celebram o presente Termo de Cooperação em conformidade com a Constituição Federal, Lei Federal nº 9.394/96, Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.788/08 e Edital de Chamamento n. 013/2021 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO: O presente Termo de Cooperação tem por objeto implemento de ação conjunta entre o Município e a Instituição previamente cadastrada, para proporcionar a realização de estágio obrigatório aos estudantes regularmente matriculados em cursos de Graduação da _____ (nome da Instituição), com vistas ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

2. DAS OBRIGAÇÕES

2.1 COMPETE À INSTITUIÇÃO: Manter entendimento com a Secretaria Municipal da respectiva área-alvo do estágio obrigatório, nas suas diversas instâncias técnico-administrativas, no sentido de garantir o pleno funcionamento do estágio, no que se refere à seleção de campos de estágio, sua orientação, monitoramento, controle e avaliação;

Indicar um professor que atuará como orientador do estágio, responsável pelo seu monitoramento, controle e avaliação;

Coordenar o processo de escolha do Estágio pelos estudantes (adesão), apresentando as características de cada Curso;

Definir o campo de estágio de todos os estudantes;

Assumir os encargos referentes aos eventuais custos dos alunos na consecução do Plano de Trabalho a ser elaborado e desenvolvido pela Instituição, notadamente a responsabilidade pela contratação do seguro;



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Emitir, a pedido do MUNICÍPIO ou do estagiário, carta de apresentação e encaminhamento de estágio.

2.2 COMPETE AO MUNICÍPIO: Dialogar e fomentar a realização de estágio obrigatório, extensão universitária e pesquisa universitária para aprendizagem e aperfeiçoamento do estagiário (ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural);

Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente (atendimento do inciso III, art. 9º da Lei nº 11.788/2008);

Avaliar, junto à Instituição de Ensino Superior – IES, o desenvolvimento do estágio, para seu aperfeiçoamento e de outros;

Proceder à avaliação do desempenho do estagiário, junto aos Professores Orientadores e Coordenação de Estágio de cada Curso.

3. VALOR DA CONTRATAÇÃO: O contrato/termo de cooperação não irá gerar custos ao Município de Dois Vizinhos.

4. DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura do edital de Chamamento Público nº 013/2021, sendo a data final a do dia 29 de julho de 2022.

5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: A contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o ART. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o ART. 3º da LEI N.º 8.666/93 e com o ART. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010.

6. GESTOR: Vilmar Possato Duarte.

7. FISCAL: Bruno Felipe Alves de Lima.

8. SUPLENTE DE FISCAL: Natália Becchi Borsatto.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DAS CONDIÇÕES GERAIS: Constituir-se-ão obrigações da Credenciada as seguintes, para a totalidade do objeto:

1 - Tratar as questões inerentes ao objeto com o fiscal do Chamamento Público, através do(s) responsável(is) técnico(s), não se admitindo aos demais empregados da CONTRATADA tratarem de questões técnicas com o fiscal do Chamamento Público, a não ser por iniciativa deste último;

2 - Responsabilizar-se por qualquer dano causado, por sua culpa ou dolo, a qualquer órgão público, empresa privada ou pessoa física, não cabendo ao Município suportar qualquer ônus, nos termos do art. 70 da Lei nº. 8.666/1993;



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

3 - Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao Município ou a terceiros, provocados ou negligenciados por seus profissionais e/ou prepostos, culposa ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município;

4 - Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste Chamamento Público, de acordo com as especificações determinadas no edital, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelos equipamentos/acessórios disponibilizados;

5 - Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATADA:

- a) Executar o objeto de acordo com a legislação e normativas vigentes;
- b) Responsabilizar-se, civil e ético-profissional e responder pela qualidade;
- c) Substituir produtos, defeituosos ou executados em desacordo com as especificações e normas, não cabendo à firma executante o direito de indenização;(quando for o caso).
- d) Providenciar a regularização de falhas, defeitos ou omissões definidas pela Fiscalização do Município.

6 - Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

10. CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO: Os Credenciados devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 16480, de 30 de julho de 2020.

10.1 Art. 4º Constituem atos lesivos à administração pública, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas neste Decreto, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

11. DA ÉTICA: O contratado deverá cumprir o Termo de Ética dos Servidores Públicos do Município de Dois Vizinhos, conforme previsto no Decreto nº 16549/2020, artigo 27, alínea “D” de acordo com os princípios e critérios de conduta nele estabelecidos.

12. DOS CASOS OMISSOS: Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelos partícipes, ouvidos os responsáveis pela execução e fiscalização, nos termos deste Termo.

13. DO FORO: Para as questões decorrentes da execução deste Termo que não puderem ser dirimidas administrativamente, as partes elegem o Foro da Comarca de Dois Vizinhos/PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.1 E por estarem ajustados, os partícipes firmam o presente Termo de Cooperação Técnica, a título precário, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Dois Vizinhos, XX de XX de 2021.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

Entidade
CNPJ



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

ANEXO II DECLARAÇÃO UNIFICADA (modelo)

À Comissão de Licitações

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná
Ref.: Chamamento Público nº 013/2021

RAZÃO SOCIAL e CNPJ: ENDEREÇO:

1- Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública.

2- Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa (sócio administrador) é o(a) Sr.(a) _____, Portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____.

Declaramos ainda outros dados da empresa:

NOME DA FANTASIA:

RAMO DE ATIVIDADE Nº:

INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº:

3- Declaro para os devidos fins que **NENHUM** sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

4- Declaramos de que a empresa não possui em seu quadro de pessoal e não contratará empregados com **INCOMPATIBILIDADE** com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

5- Declaro para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo de chamamento, bem como em caso de eventual contratação, concordo que seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

6- Declaramos que a empresa contribui para a promoção do **Desenvolvimento Nacional Sustentável** no cumprimento de diretrizes e critérios de Sustentabilidade Ambiental, de acordo com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 8666/93 e com o artigo 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01 de 19 de janeiro de 2010.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

7- Declaramos que as áreas de estágio pretendidas, de acordo com os cursos ofertados pela nossa instituição são(...);

8- Declaramos que a entidade dispõe de instalações com condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

9- Declaramos que a entidade dispõe, em seu quadro funcional de funcionário(s) com formação ou experiência profissional na(s) área(s) de conhecimento correspondentes aos campos de estágio disponibilizados;

10- Declaramos que caso sejamos credenciados nesse processo teremos o compromisso de contratação, em favor dos estagiários, de seguro contra acidentes pessoais e de cumprimento das disposições da Lei nº 11.788/2008 de um modo geral.

..... de 2021.
Local e Data

Assinatura do Responsável Legal da empresa

Carimbo do CNPJ da empresa



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NÃO REMUNERADO

UNIDADE CONCEDENTE

Razão Social: Município de Dois Vizinhos

CNPJ: 76.205.640/0001-08

Endereço: Avenida Rio Grande do Sul, 130

Cidade/Estado: Dois Vizinhos/Paraná

Telefone: (46) 3536 8800

Representada por: Luis Carlos Turatto

Supervisor de estágio:

CEP: 85660-000

E-mail: gabinete@doisvizinhos.pr.gov.br

Cargo: Prefeito

Cargo:

ESTAGIÁRIO (A)

Nome:

RA:

Curso:

Campus:

RG:

CPF:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Razão Social:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

Telefone:

E-mail:

Representada por:

Cargo:

Professor orientador:

Pelo presente instrumento jurídico, as partes acima identificadas celebram termo de compromisso para a realização de estágio, com fundamento na Lei nº 11.788, de 25/09/2008, e nas normas da _____ (Instituição de Ensino), mediante as condições a seguir estabelecidas:

Cláusula Primeira: DO OBJETO

Este termo de compromisso visa estabelecer as condições para realização de estágio obrigatório não remunerado de estudante regularmente matriculado em curso de graduação da _____ (Instituição de Ensino).

Cláusula Segunda: DA DEFINIÇÃO DO ESTÁGIO

O estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho com supervisão de profissional designado pela CONCEDENTE e com



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

acompanhamento efetivo de professor orientador pertencente ao quadro de docentes da INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

§ 1º. O estágio deve estar previsto no Projeto Pedagógico do Curso e contribuir para a formação profissional do estudante, tendo como objetivos o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, propiciando o desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho.

§ 2º. O estágio obrigatório é aquele definido no Projeto Pedagógico do Curso como tal, cuja carga horária é requisito para obtenção do diploma, nos termos da Lei nº 11.788/2008.

Cláusula Terceira: DA VIGÊNCIA

O estágio terá início em (data de início do estágio) e término em (data de término do estágio).

§ 1º. A vigência do estágio pode ser prorrogada por meio de termo aditivo, a critério das partes, desde que não ultrapasse o limite máximo de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de ESTAGIÁRIO com deficiência.

Cláusula Quarta: DA JORNADA

A carga horária do estágio será de [] horas diárias, totalizando [] horas semanais, sendo compatível com as atividades escolares e não poderá ultrapassar os limites fixados pelo artigo 10º da Lei nº 11.788/2008.

§ 1º. O horário de realização do estágio será [].

§ 2º. Durante o período de realização de avaliações periódicas ou finais de aprendizagem, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, mediante declaração emitida pela INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

Cláusula Quinta: DOS BENEFÍCIOS

A CONCEDENTE oferecerá ao ESTAGIÁRIO o(s) seguinte(s) benefício(s):
(descrever, se houver concessão de benefícios. Se não for o caso, informar que não haverá concessão de benefícios).

§ Único. A realização do estágio e a eventual concessão de benefícios como transporte, alimentação, saúde, entre outros, não configurarão existência de vínculo empregatício, de acordo com o artigo 3º da Lei nº 11.788/2008.

Cláusula Sexta: DO SEGURO

Durante a vigência deste estágio, o ESTAGIÁRIO estará segurado contra acidentes pessoais, cobertos pela Apólice de Seguro de Acidentes Pessoais nº([]), da Seguradora [], de responsabilidade da [].



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Cláusula Sétima: DO RECESSO

Caso a duração do estágio seja igual ou superior a 1 (um) ano, o ESTAGIÁRIO terá direito a recesso de 30 (trinta) dias e, se inferior a 1 (um) ano, os dias de recesso serão concedidos de maneira proporcional.

§ Único. O recesso será concedido preferencialmente durante o período de férias escolares.

Cláusula Oitava: DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

As obrigações da CONCEDENTE são as previstas na Lei nº 11.788/2008, especialmente no artigo 9º, inclusive a implementação da legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho.

Cláusula Nona: DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

As obrigações da INSTITUIÇÃO DE ENSINO são as previstas na Lei nº 11.788/2008, especialmente no artigo 7º.

Cláusula Décima: DAS OBRIGAÇÕES DO ESTAGIÁRIO

As obrigações do ESTAGIÁRIO são:

- a) Cumprir com empenho e interesse a programação estabelecida no Plano de Trabalho, elaborado de comum acordo entre as partes, conforme Cláusula Décima Primeira deste termo;
- b) Cumprir as condições fixadas para o Estágio e atender as orientações recebidas do supervisor de estágio;
- c) Observar o regulamento disciplinar e as normas de trabalho da CONCEDENTE, preservando o sigilo e a confidencialidade sobre as informações a que tenha acesso;
- d) Respeitar o horário ajustado para o Estágio;
- e) Apresentar documentos comprobatórios da regularidade da sua situação escolar, sempre que solicitado pela CONCEDENTE;
- f) Manter rigorosamente atualizados seus dados cadastrais e escolares junto à CONCEDENTE;
- g) Informar de imediato, qualquer alteração na sua situação escolar, tais como: trancamento de matrícula, abandono, conclusão de curso ou transferência de Instituição de Ensino;
- h) Elaborar os Relatórios de Atividades com periodicidade máxima de 6 (seis) meses e/ou sempre que solicitado.

Cláusula Décima Primeira: DO PLANO DE TRABALHO

As atividades propostas para o estágio deverão estar de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, de forma a contribuir para a formação profissional do ESTAGIÁRIO.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

§ Único. À medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante, o plano de atividades deverá ser incorporado ao termo de compromisso, por meio de aditivos.

Plano de atividades

Local do estágio: (nome e endereço da unidade onde o estágio será realizado)

Área do estágio:

Atividades a serem desenvolvidas: (Informar as atividades definidas e aprovadas conforme plano de trabalho)

Objetivos:

Supervisor do estágio na Concedente
(carimbo e assinatura)

Professor orientador do estágio na UFSCar
(carimbo e assinatura)

Cláusula Décima Segunda: DA RESCISÃO

O presente termo de compromisso de estágio poderá ser rescindido a qualquer momento, por interesse da CONCEDENTE ou do ESTAGIÁRIO, mediante comunicação por escrito de uma das partes, que deve ser feita com 5 (cinco) dias de antecedência.

§ 1º. A rescisão do termo de compromisso não resultará em indenização de qualquer espécie para qualquer uma das partes.

§ 2º. O presente termo de compromisso de estágio será rescindido nos casos de trancamento de matrícula, abandono, conclusão de curso ou transferência de Instituição de Ensino por parte do ESTAGIÁRIO, devendo a INSTITUIÇÃO DE ENSINO informar à CONCEDENTE imediatamente sobre a ocorrência de quaisquer itens previstos nesta cláusula.

Cláusula Décima Terceira: DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Dois Vizinhos, com preferência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



Município de **Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

E por estarem de acordo com o Plano de Trabalho e com as demais condições estabelecidas, é firmado o presente termo de compromisso em 3 (três) vias de igual forma e teor, sendo uma via para cada uma das partes.

Dois Vizinhos – PR, (data),

Luis Carlos Turatto
Prefeito

Instituição de Ensino
CNPJ nº

Nome
Estagiário(a)



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

ANEXO IV**TERMO DE CONSENTIMENTO PARA
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS LEI
GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
PESSOAIS – LGPD**

Através do presente instrumento, eu _____, inscrito (a) no CPF sob nº _____, aqui denominada TITULAR DOS DADOS, venho por meio deste, autorizar que a Prefeitura do município de Dois Vizinhos, aqui denominada como CONTROLADORA DOS DADOS, inscrita no CNPJ sob nº 76.205.640/0001-08, em razão de estágio, disponha dos meus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, de acordo com os artigos 7º e 11 da Lei nº 13.709/2018, conforme disposto neste termo:

CLÁUSULA PRIMEIRA**Dados Pessoais**

O Titular autoriza a Controladora a realizar o tratamento, ou seja, a utilizar os seguintes dados pessoais, para os fins que serão relacionados na cláusula segunda:

- Nome completo
- Data de nascimento;
- Número e imagem da Carteira de Identidade (RG);
- Número e imagem do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- Número e imagem do Título de Eleitor;
- Número e imagem do Certificado de Reservista;
- Número e imagem da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) (quando necessário para a função contratada);
- Número e Imagem do cartão de vale transporte (quando utilizado pelo estagiário);
- Número e imagem do Programa de Integração Social (PIS);
- CTPS física e/ou digital;
- Fotografia 3x4;
- Imagem da Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
- Imagem do Diploma de _____ (Nível de instrução ou escolaridade) ou declaração de matrícula;
- Endereço completo;
- Números de telefone, WhatsApp e endereços de e-mail;
- Banco, agência e número de contas bancárias;
- Nome de usuário e senha específicos para uso dos serviços da Controladora;
- Comunicação, verbal e escrita, mantida entre o Titular e o Controlador;
- Exames e atestados médicos, especialmente admissionais, periódicos, incluídos de retorno por afastamento superior a 30 dias em caso de doença, acidente ou parto, de mudança de função, demissionais e ainda aqueles que atestem doença ou acidente;



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

– _____ (relacionar outros documentos específicos para a função, por exemplo: Documento de filiação a Sindicato; Número e Imagem da Carteira Profissional, etc.).

CLÁUSULA SEGUNDA

Finalidade do Tratamento dos Dados

O Titular autoriza que a Controladora utilize os dados pessoais e dados pessoais sensíveis listados neste termo para as seguintes finalidades:

- Permitir que a Controladora identifique e entre em contato com o titular, em razão do contrato de estágio;
- Para cumprimento de obrigações decorrentes da legislação pertinente ao regime jurídico de direito público da Controladora;
- Para procedimentos de admissão e execução do contrato de estágio, inclusive após seu término;
- Para cumprimento, pela Controladora, de obrigações impostas por órgãos de fiscalização;
- Quando necessário para a executar um contrato, no qual seja parte o titular;
- A pedido do titular dos dados;
- Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;
- Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
- Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais;
- Para contratação de serviços de _____ (por exemplo: vale alimentação, com a Empresa XXXX, de modo que somente serão repassados para a empresa contratada os dados pessoais de identificação do titular);
- Permitir que a Controladora utilize esses dados para a contratação e prestação de serviços diversos dos inicialmente ajustados, desde que o Titular também demonstre interesse em contratar novos serviços.

Nota: Caso o empregador identifique hipótese não prevista acima, será necessário acrescentá-la nesta cláusula. Exemplos: fornecimento de dados pessoais do empregado para o fornecimento de plano de saúde e odontológico, vale alimentação, seguro de vida, associação, dentre outros.

Parágrafo Primeiro: Caso seja necessário o compartilhamento de dados com terceiros que não tenham sido relacionados nesse termo ou qualquer alteração contratual posterior, será ajustado novo termo de consentimento para este fim (§ 6º do artigo 8º e § 2º do artigo 9º da Lei nº 13.709/2018).

Parágrafo Segundo: Em caso de alteração na finalidade, que esteja em desacordo com o consentimento original, a Controladora deverá comunicar o



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Titular, que poderá revogar o consentimento, conforme previsto na cláusula sexta.

CLÁUSULA TERCEIRA

Compartilhamento de Dados

A Controladora fica autorizada a compartilhar os dados pessoais do Titular com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste instrumento, desde que, sejam respeitados os princípios da boa-fé, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA

Responsabilidade pela Segurança dos Dados

A Controladora se responsabiliza por manter medidas de segurança, técnicas e administrativas suficientes a proteger os dados pessoais do Titular e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), comunicando ao Titular, caso ocorra algum incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante, conforme artigo 48 da Lei nº 13.709/2020.

CLÁUSULA QUINTA

Término do Tratamento dos Dados

À Controladora, é permitido manter e utilizar os dados pessoais do Titular durante todo o período contratualmente firmado para as finalidades relacionadas nesse termo e ainda após o término da contratação para cumprimento de obrigação legal ou impostas por órgãos de fiscalização, nos termos do artigo 16 da Lei nº 13.709/2018.

CLÁUSULA SEXTA

Direito de Revogação do Consentimento

O Titular poderá revogar seu consentimento, a qualquer tempo, por e-mail ou por carta escrita, conforme o artigo 8º, § 5º, da Lei nº 13.709/2020.

CLÁUSULA SÉTIMA

Tempo de Permanência dos Dados Recolhidos

O titular fica ciente de que a Controladora deverá permanecer com os seus dados pelo período de guarda de documentos, bem como os relacionados à segurança e saúde, mesmo após o encerramento do vínculo de estágio.

CLÁUSULA OITAVA

Vazamento de Dados ou Acessos Não Autorizados – Penalidades

As partes poderão entrar em acordo, quanto aos eventuais danos causados, caso exista o vazamento de dados pessoais ou acessos não autorizados, e caso não haja acordo, a Controladora tem ciência que estará sujeita às penalidades previstas no artigo 52 da Lei nº 13.709/2018:



Município de
Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Dois Vizinhos, dia, mês e ano.

Assinatura:

Nome do Estagiário (Titular)

Município de Dois Vizinhos (Controlador)